



ECOWAS COMMISSION
COMMISSION DE LA CEDEAO
COMISSÃO DA CEDEAO

Riscos de tráfico de mão-de-obra na MAPEO no Sara-Sahel

Alice Fereday



Documento de políticas do OCWAR-T 3 | Junho 2023

Resumo

A presente síntese de políticas avalia os riscos de exploração humana e de tráfico de mão-de-obra nas zonas de extracção de ouro no norte do Níger e no norte do Mali. Examina as modalidades de recrutamento e emprego, os riscos que representam para os trabalhadores e os factores estruturais que contribuem para a vulnerabilidade dos garimpeiros de ouro. A síntese de políticas também identifica as oportunidades-chave para os decisores políticos abordarem estes riscos, reconhecendo simultaneamente, o papel crucial da extracção (ou garimpagem) de ouro para os meios de subsistência e a estabilidade locais.

Recomendações

Apoiar os esforços que visam formalizar a extracção de ouro, de modo a permitir que a mineração aurífera artesanal e em pequena escala (MAPEO) seja sustentada a par da mineração industrial, e simultaneamente, prestar garantias aos trabalhadores:

- Incluir normas de trabalho seguras na regulamentação do sector mineiro;
- Ajustar os procedimentos de formalização para apoiar os garimpeiros de ouro independentes e reduzir os riscos de corrupção e clientelismo;
- Promover o diálogo sobre os desafios e oportunidades da MAPEO no Sara-Sahel;
- Investir recursos na implantação de serviços estatais e de segurança nas zonas auríferas.

Apoiar o papel da sociedade civil na redução dos riscos da MAPEO, a par dos esforços nacionais de formalização:

- Aumentar a sensibilização para os riscos de tráfico de mão-de-obra na MAPEO;
- Incentivar e fornecer quadros que facilitem a criação de sindicatos e cooperativas para os garimpeiros de ouro.



OCWAR-T

Crime organisé : réponse ouest-africaine au trafic

Introdução

Desde 2013, a descoberta de depósitos de ouro no norte do Sahel e no centro do Sara e a subsequente expansão repentina da mineração aurífera artesanal e em pequena escala (MAPEO), têm dado origem a novos desafios e oportunidades para as comunidades locais e para as autoridades locais, nacionais e regionais. A MAPEO desempenha agora um papel central nas economias políticas e na dinâmica de estabilidade da região.

O isolamento geográfico e político de certos sítios de extracção de ouro no Sara e no Sahel central - que permanecem em grande parte fora do alcance das autoridades nacionais, ou onde a presença do Estado é limitada, e a concentração de trabalhadores em zonas pouco povoadas é grande - levaram a que alguns deles surgissem como pontos de ligação para uma infinidade de rotas e actividades criminosas.¹ Muitas áreas de extracção de ouro estão também localizadas ao longo de rotas históricas de tráfico regional e evoluíram a par de, e com, ligações a várias economias ilícitas como o tráfico de droga, a introdução clandestina de migrantes, o tráfico de armas e o banditismo - algumas das quais são em grande parte anteriores à corrida ao ouro.²

No entanto, as zonas auríferas são também fundamentais para as economias locais e proporcionam oportunidades de emprego cruciais num contexto em que as opções alternativas de subsistência são escassas. No meio de uma insegurança crescente e de economias em contracção, o *boom* da extracção artesanal de ouro no Sahel ajudou a reavivar as economias informais locais, criando oportunidades de negócio formais auxiliares nas zonas de extracção de ouro e redefinindo a dinâmica sociopolítica. Ao fazê-lo, as áreas auríferas proporcionam um certo grau de estabilização nas áreas mais amplas em que estão inseridas.

No entanto, a extracção de ouro também apresenta riscos e desafios substanciais para as pessoas envolvidas. A investigação existente tem identificado as ligações entre a extracção de ouro, as economias ilícitas e a dinâmica dos conflitos no Sahel e na África Ocidental³ e sublinhado os riscos potenciais do tráfico de seres humanos nas zonas de extracção de ouro na África Ocidental. Porém, a investigação específica sobre a dinâmica do tráfico de seres humanos nas zonas auríferas, situadas nas zonas mais inacessíveis do norte do Sahel e do Sara central, é muito mais limitada. Devido ao afastamento de muitos destes locais e à dificuldade de efectuar um trabalho de investigação aplicada no terreno, são escassas as evidências sobre os vínculos entre as zonas auríferas e o tráfico de seres humanos no norte do Níger e do Mali.

Esta síntese de políticas avalia os riscos de exploração e de tráfico de mão-de-obra no norte do Níger e no norte do Mali. Examina as modalidades de recrutamento e emprego nos locais de extracção de ouro e os riscos que representam para os trabalhadores, bem como os factores estruturais que contribuem para a vulnerabilidade dos garimpeiros. A investigação centra-se na extracção artesanal (garimpagem) de ouro, que constitui a forma de extracção de ouro principal nas áreas em foco. Em vez de insinuar que os garimpeiros de ouro são inerentemente criminosos, este enfoque é motivado pelo reconhecimento de que a natureza maioritariamente informal das suas actividades - e, na verdade, os desafios que enfrentam no acesso à formalização - os torna particularmente vulneráveis à exploração humana.

A investigação visa, por conseguinte, fornecer uma análise relevante e oportuna da dinâmica do tráfico de mão-de-obra nos sítios de garimpagem de ouro no norte do Mali e no Níger e dos desafios e oportunidades que representam para as estratégias de estabilização, num contexto afectado pela deterioração da segurança e pela incerteza política em toda a região.

O relatório identifica igualmente as principais oportunidades que existem para que os decisores políticos colaborem com as comunidades locais, as autoridades nacionais e os intervenientes regionais, no

As zonas auríferas são fundamentais para as economias locais e proporcionam oportunidades de emprego cruciais num contexto em que as opções alternativas de subsistência são escassas

que respeita à abordagem dos riscos de tráfico de seres humanos nas áreas auríferas do Sara-Sahel, reconhecendo simultaneamente, o papel crucial da extracção de ouro para os meios de subsistência e a estabilidade locais.

Constatações-chave: Oferecendo uma abordagem diferenciada para aferir a dinâmica do tráfico de seres humanos nas zonas auríferas do Sara-Sahel

Existe uma certa confusão na definição de tráfico de seres humanos - incluindo o tráfico de mão-de-obra - e nas formas de exploração humana ou abusos que o constituem.⁴ A definição comumente aceite a nível internacional baseia-se no Protocolo à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Seres Humanos, e em particular o Tráfico de Mulheres e Crianças - também conhecido como o Protocolo de Palermo - que define o tráfico de seres humanos como:

o recrutamento, transporte, transferência, albergamento ou acolhimento de pessoas, mediante ameaça ou o uso da força, ou a outras formas de coacção, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou de uma posição de vulnerabilidade, ou à oferta ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha controlo sobre outra, para efeitos de exploração humana. A exploração humana inclui, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.⁵

Segundo esta definição, os garimpeiros podem ser considerados vítimas de tráfico de seres humanos em várias situações e com graus diferentes de gravidade.

No entanto, a aplicação desta definição de tráfico de seres humanos coloca desafios significativos a certas práticas na MAPEO levadas a cabo no Sara-Sahel, onde existem percepções variadas destas práticas, até que medida são intencionais, e se são aceites localmente.

Em muitos casos, os garimpeiros entrevistados tinham passado por situações de exploração e abusos, mas não se consideravam vítimas do tráfico de seres humanos. Do mesmo modo, os proprietários dos locais de extracção de ouro, ou os líderes das comunidades locais nas áreas auríferas, reconhecem que tais situações existem, sem as equipararem ao tráfico de seres humanos; aliás, várias entrevistas sugerem que estas situações são consideradas normais. A avaliação da dinâmica do tráfico de seres humanos requer, por conseguinte, uma abordagem mais matizada e fundamentada a nível local, para que se possam compreender as realidades e modalidades complexas do transporte, recrutamento e emprego dos garimpeiros.

Além do mais, em tais contextos, existem algumas dúvidas quanto à utilidade de se determinar o estatuto de uma pessoa como sendo de vítima do tráfico de seres humanos. O objectivo desta determinação baseia-se normalmente nos direitos concedidos às vítimas, ao abrigo do direito internacional. Contudo, quando os governos carecem de recursos, capacidade ou vontade para defender estes direitos, a sua importância parece ser limitada.⁶ Por conseguinte, é provável que a aplicação da definição do Protocolo de Palermo - com vista a identificar o tráfico de seres humanos na MAPEO - seja não só problemática no que respeita ao contexto local da presente investigação, mas também em grande medida inútil.

Em vez disso, o relatório centra-se nas evidências de exploração ou abusos humanos, que se enquadram numa definição mais restrita de “tráfico de mão-de-obra”, utilizando a definição de trabalho forçado da Organização Internacional do Trabalho, que se refere a:

situações em que as pessoas são coagidas a trabalhar através do recurso à violência ou à intimidação, ou por meios mais subtis, como dívidas acumuladas, retenção de documentos de identidade ou ameaças de denúncia às autoridades de imigração.⁷

Assim, a presente investigação destaca evidências em duas categorias amplas: trabalhadores que são forçados a trabalhar sem, ou com pouca remuneração, mediante ameaça ou uso da força (controlo coercivo) e trabalhadores que são forçados a trabalhar sem, ou com pouca remuneração, em virtude dos abusos das suas posições de vulnerabilidade. As secções que se seguem sublinham as evidências relativas a ambas as categorias.

Riscos de tráfico de mão-de-obra mediante controlo coercivo

Os exemplos de tráfico de mão-de-obra mediante um controlo coercivo são limitados no âmbito do presente estudo. Em N'Tahaka encontraram-se poucas provas do uso da força ou da violência para coagir os trabalhadores. Tal facto não significa que tais práticas não existam; podia estar relacionado com as dificuldades em aceder às vítimas e com a sua relutância em denunciar tais abusos. No entanto, nas zonas auríferas nigerinas, embora estas práticas não pareçam ser sistemáticas, vários entrevistados relataram casos em que foram usadas formas de violência para coagir os trabalhadores.

Os entrevistados apresentaram relatos pessoais e de testemunhas oculares, de situações em que os trabalhadores foram enganados e obrigados a trabalhar a troco de pouca ou nenhuma remuneração nos sítios de extracção de ouro e, nalguns casos, obrigados a trabalhar sob ameaça de violência.⁸ Vários entrevistados relataram ter testemunhado trabalhadores nas áreas auríferas nigerinas a serem amarrados durante a noite pelos seus empregadores, para os impedir de fugirem antes de terem pagado a dívida do transporte. Alguns entrevistados afirmaram que esta é uma prática comum quando os garimpeiros viajam a crédito.⁹

Vários entrevistados relataram, ainda, o uso generalizado da força e da violência contra os trabalhadores nas zonas auríferas. Vários garimpeiros indicaram terem sido agredidos fisicamente pelos seus empregadores e muitos testemunharam outros trabalhadores a serem espancados em Djado.¹⁰ Também se denunciaram situações em que o empregador se recusou a pagar-lhes no final do tempo acordado, o que, nalguns casos, resultou em ameaças físicas por parte do empregador e em altercações físicas.

Estes são exemplos do uso da violência física e do constrangimento para coagir e explorar os trabalhadores. Contudo, as entrevistas sugerem que os garimpeiros também são explorados devido a factores estruturais, que criam um ambiente de violência latente, em que os trabalhadores estão dependentes dos seus empregadores e têm pouco ou nenhum controlo sobre as suas condições de trabalho ou remuneração.

Riscos de exploração dos trabalhadores através da exploração das suas vulnerabilidades

O afastamento geográfico das zonas auríferas é o principal factor estrutural que contribui para a exploração das condições de trabalho e para a dinâmica do tráfico de mão-de-obra. Em Tchibarakaten e Djado, por exemplo, a maioria dos garimpeiros chega do sul do Níger ou de países vizinhos e não conhece mais ninguém, para além da pessoa que os trouxe para o local, normalmente um intermediário. Os garimpeiros são enviados para os diferentes locais - que podem se situar a centenas de quilómetros de distância da principal localidade de mercado - sem qualquer meio de comunicação ou transporte.¹¹

Vários entrevistados relataram o uso generalizado da força e da violência contra os trabalhadores nas zonas auríferas

Nestas situações, embora os trabalhadores tenham efectivamente a liberdade de saírem quando quiserem e não estejam sujeitos a qualquer contenção física para continuar a trabalhar, normalmente não dispõem dos meios para sair e são, portanto, forçados a permanecer até terem fundos suficientes para a viagem de regresso a casa, ou até o empregador concordar em levá-los de volta ao local principal de garimpagem. Os trabalhadores dependem inteiramente do seu empregador e, quando o único meio de transporte é o veículo do empregador, esta dependência aumenta exponencialmente com o afastamento do local. Nestes casos, mesmo os trabalhadores que dispõem de meios financeiros suficientes para se irem embora, continuam a depender da boa-vontade do empregador. Em Tchibarakaten e Djado, por exemplo, entrevistas feitas a garimpeiros sugerem que esta forma de dependência é abusada pelos empregadores, que se aproveitam da vulnerabilidade dos trabalhadores.¹²

Este factor geográfico é mais significativo para as zonas auríferas remotas, como as de Tchibarakaten (a 400 quilómetros de Arlit) e Djado (a 650 quilómetros de Agadez), do que para as situadas mais perto de grandes povoações, como N'Tahaka (a 50 quilómetros de Gao).¹³ No entanto, os garimpeiros entrevistados em

As entrevistas realizadas em Djado sugerem que viajar a crédito - o que é muitas vezes necessário devido ao custo da viagem a partir de Agadez - é outra vulnerabilidade a que os garimpeiros estão expostos

N'Tahaka afirmaram ter viajado a crédito para a área aurífera, a partir de zonas mais distantes do que Gao. As dívidas relativas ao transporte dos garimpeiros de N'Tahaka podem variar entre 200 000 a 500 000 FCFA (isto é, entre €305 a €762).

As entrevistas realizadas em Djado sugerem que viajar a crédito - o que é muitas vezes necessário devido ao custo da viagem a partir de Agadez - é outra vulnerabilidade a que os garimpeiros estão expostos. Eles explicaram que, de facto, foram recrutados em Agadez, onde os passadores reúnem os candidatos a garimpeiro para os transportar para Djado. À chegada a Djado, os passadores “vendem” a dívida dos garimpeiros aos empregadores.¹⁴

Outro factor que pode contribuir para a exploração das condições de trabalho é a utilização - ou a má utilização - do sistema de pagamento tradicional conhecido localmente como “*les trois-tiers*” (“os três terços”). No âmbito deste sistema, o ouro extraído é dividido em três partes iguais. Dois terços vão para o empregador e um terço para a equipa de garimpeiros. O

empregador deduz as taxas de alimentação e de fornecimento de água da parte dos garimpeiros, que é depois dividida pelo número de pessoas que compõem a equipa. Nalguns casos, as taxas de utilização de equipamento (motores, compressores) são deduzidas do total antes de este ser dividido por três; noutros, as taxas de utilização de equipamento são calculadas como outra parte igual, juntamente com a parcela dos garimpeiros.

Este sistema de partilha aplica-se a todos os locais em estudo no norte do Níger e do Mali.¹⁵ Apesar de ser aceite e compreendido por todos os garimpeiros da região, este sistema não só contribui para a vulnerabilidade dos trabalhadores, os quais não podem negociar uma melhor remuneração e se vêem muitas vezes obrigados a trabalhar durante vários meses sem remuneração: se não encontrarem ouro, recebem apenas alimentos básicos e água. No entanto, o chamado sistema de pagamento de *três terços* - embora abusivo nalguns casos e semelhante à exploração humana - não pode ser considerado, por si só, semelhante ao tráfico de mão-de-obra.

Contudo, para além desta distribuição desigual de rendimentos, os garimpeiros também podem ser forçados a partilhar os seus ganhos com a pessoa que os recrutou. Como o conjunto de potenciais garimpeiros é muito maior do que a procura de trabalhadores, muitos recorrem a recrutadores para encontrar emprego nas zonas auríferas. Ao fazê-lo, comprometem-se frequentemente a partilhar parte dos seus ganhos com o recrutador, como taxa de recrutamento.¹⁶ Muitos dos garimpeiros entrevistados acreditam que estão a ser explorados pelos intermediários, que exageram o custo dos seus serviços. Consideram que os intermediários abusam

do seu poder, para explorar a vulnerabilidade precária dos trabalhadores, que não disfrutavam de outras oportunidades económicas viáveis, que não a garimpagem de ouro.¹⁷

Alguns garimpeiros sugerem também que foram enganados pelos seus recrutadores e que as condições de trabalho não são as que tinham ficado acordadas antes da partida.¹⁸

Em N'Tahaka, os factores de vulnerabilidade são um pouco diferentes dos verificados nas zonas auríferas remotas de Djado e Tchibarakaten. Aqui, a vulnerabilidade parece estar mais intimamente ligada à insegurança na zona aurífera e aos actos predatórios cometidos pelos grupos armados do *Cadre Stratégique Permanent pour la Paix, la Sécurité et le Développement* (Quadro Estratégico Permanente para a Paz, a Segurança e o Desenvolvimento, CSP)

Os entrevistados sublinharam o papel dos grupos armados que controlam N'Tahaka, na facilitação da exploração dos garimpeiros - devido, em parte, à impunidade de que gozam quando concretizam negócios e actividades ilícitas. Um garimpeiro explicou que a exploração dos mineiros é comum em N'Tahaka e acusou os membros do CSP envolvidos na extracção de ouro de abusarem da sua posição para impor condições injustas e de exploração laboral aos trabalhadores.¹⁹ Entrevistas conduzidas em N'Tahaka sugerem também que os elevados níveis de dependência dos empregadores ou dos grupos armados com respeito ao fornecimento de equipamento, alimentos e água, resultam numa dinâmica de exploração humana semelhante à observada em Tchibarakaten e Djado.²⁰

Conclusão

A presente investigação encontrou provas de tráfico de mão-de-obra, baseadas no trabalho forçado em Djado e Tchibarakaten, onde alguns garimpeiros, particularmente os originários do sul do Níger, estão sujeitos a actos de violência física e a confinamentos. No entanto, estas práticas não parecem ser sistemáticas nas zonas auríferas em estudo. Em vez disso, a presente investigação destacou factores-chave que exacerbam a vulnerabilidade dos garimpeiros a práticas de exploração humana e abusos.

Vários destes factores estão ligados à localização geográfica remota das duas zonas auríferas sob estudo, Djado e Tchibarakaten. Os custos de deslocação a partir das grandes cidades, como Agadez ou Arlit, para as áreas auríferas, obrigam normalmente os candidatos a garimpeiro de baixos rendimentos a viajar a crédito e, subsequentemente, a celebrar acordos de “servidão por dívida” com os empregadores, o que os torna vulneráveis à exploração humana. O afastamento destas zonas auríferas e, mais ainda, o afastamento de certos sítios de exploração de ouro, agrava ainda mais a sua vulnerabilidade, uma vez que os garimpeiros são altamente dependentes dos seus empregadores.

A localização das zonas auríferas, combinada com a procura elevada de emprego na MAPEO - no contexto de opções de subsistência limitadas - também cria um elo de dependência nos recrutadores ou intermediários para encontrar trabalho. Embora não seja exclusivamente predatório, o papel destes actores pode contribuir para a exploração dos trabalhadores, quer através de trapaças (sobre as condições de trabalho, localizações), quer através da exigência de quotas adicionais dos seus rendimentos.

Finalmente, os intervenientes no domínio da segurança também podem desempenhar um papel na exploração da MAPEO, abusando das suas posições de poder para impor condições de trabalho injustas ou exploradoras. Embora seja este especialmente o caso em N'Tahaka, repete-se, ainda, em todos os locais em estudo, incluindo no âmbito da dinâmica comunitária.

Estas práticas ocorrem também num contexto mais alargado de insegurança e de aplicação ineficaz da lei, o que contribui para os riscos encarados pelos garimpeiros. Embora não estejam directamente relacionadas com o tráfico de mão-de-obra e exploração humana, a dinâmica do crime organizado, exemplificada pelo tráfico de droga e de armas, é também relevante, na medida em que aumenta a insegurança e a violência gerais nestas zonas remotas, podendo pôr em risco a segurança dos trabalhadores.

A resolução destas questões exige uma abordagem multifacetada, que tenha em conta o contexto social, económico e político em que a MAPEO é conduzida.

Apesar de a MAPEO nas zonas auríferas como Tchibarakaten ser gerida, e cada vez mais regulada, por estruturas de governação local, faltam esforços para enfrentar os riscos de tráfico de mão-de-obra e melhorar as condições de trabalho. De um modo mais geral, a investigação mostra que os passos dados pelo governo nigerino no sentido da formalização, apenas beneficiaram, até à data, as elites políticas e empresariais locais, agravando ainda mais a vulnerabilidade dos garimpeiros individuais.

Em N'Tahaka, as perspectivas de formalização são sombrias, enquanto a área permanecer fora do controlo das autoridades malianas, mas a presente investigação sugere que a melhoria da segurança na zona aurífera poderia ajudar a reduzir a vulnerabilidade dos garimpeiros à exploração humana. É necessário mais trabalho de investigação para aferir a situação das áreas auríferas na região de Kidal, no Mali, onde a extracção artesanal do ouro também desempenha um papel importante na dinâmica política e de segurança local e regional.

A situação actual - marcada por esforços crescentes e pela defesa da formalização da extracção de ouro e do aproveitamento do seu potencial económico e de desenvolvimento numa região marcada pela instabilidade - representa uma oportunidade crucial para os Estados do Sahel. Se for correctamente gerido, o *boom* da extracção de ouro - em vez de alimentar os conflitos e a criminalidade e expor os trabalhadores a riscos de exploração humana e abusos - poderá garantir meios de subsistência seguros e sustentáveis.

Além do mais, oferece oportunidades para aumentar as receitas tributárias e contribuir para estabilizar e reforçar a presença do Estado em regiões de outro modo marginalizadas e isoladas. Para tal, os Estados devem encontrar um equilíbrio entre a mineração industrial e a extracção de ouro artesanal e de pequena escala e abordar eficazmente os riscos de tráfico de mão-de-obra e as práticas de exploração humana, como parte integral dos esforços envidados em prol da formalização.

Recomendações

As recomendações que se seguem contribuiriam para reduzir os riscos de tráfico de mão-de-obra na MAPEO no Sara-Sahel e para melhorar as condições de trabalho dos garimpeiros. Embora sejam principalmente dirigidas a Djado e Tchibarakaten, podem também se aplicar a outros locais da região. Embora a maioria das recomendações possa não ser aplicada a N'Tahaka, no actual contexto político e de segurança, continuam a ser relevantes no contexto mais amplo da MAPEO no Mali.

A concretização destas recomendações pode também ser impedida pela falta de capacidade e/ou vontade dos Estados do Sahel de regulamentar e supervisionar eficazmente as zonas auríferas remotas do Sara. Por conseguinte, os parceiros internacionais devem desempenhar um papel na promoção e no apoio à sua implementação.

Apoiar a formalização da MAPEO

Os Estados devem continuar a envidar esforços no sentido de formalizar a extracção de ouro, de uma maneira que permita que a MAPEO seja mantida a par da mineração industrial e que as garantias necessárias sejam prestadas aos trabalhadores.

Incluir normas de trabalho seguras na regulamentação do sector mineiro

Os esforços a favor da formalização devem garantir que os quadros regulamentares da extracção de ouro estabeleçam normas claras sobre as condições de trabalho, tanto na MAPEO como na mineração de ouro em grande escala. Estas normas devem, ainda, ser divulgadas pelos Ministérios dos Recursos Minerais e tornadas acessíveis no terreno, mediante representantes locais do ministério. Os Ministérios do Trabalho e dos Recursos Minerais poderiam elaborar um mecanismo de queixas, a ser disponibilizado localmente para queixas e procedimentos padrão, de maneira a auxiliar os mineiros cujos direitos tenham sido

violados. O Ministério dos Recursos Minerais deve criar e afectar recursos a mecanismos de controlo e supervisão de aplicação destes regulamentos.

Ajustar os procedimentos de formalização para apoiar os garimpeiros de ouro independentes e reduzir os riscos de corrupção e clientelismo

Por forma a evitar uma maior marginalização e criminalização dos garimpeiros individuais, a formalização do sector não se deve limitar à concessão de licenças às empresas mineiras e deve ser mais económica e acessível aos garimpeiros individuais. Os procedimentos inerentes à concessão de licenças devem também ser mais transparentes, para reduzir os riscos de corrupção e clientelismo. Ao conceder uma autorização de exploração mineira, a autoridade competente deve também fornecer informações sobre a segurança das actividades mineiras, incluindo as normas laborais.

Promover o diálogo acerca dos desafios e das oportunidades para o sector da extracção de ouro

O diálogo e o intercâmbio de experiências, a nível nacional e local, podem ajudar os Estados do Sahel a formular e implementar processos de formalização sustentáveis e sensíveis aos conflitos, que atenuem os riscos de tráfico de mão-de-obra e exploração humana. As experiências em matéria de formalização na Mauritânia, por exemplo - que se centraram no processamento do ouro e não nos locais de extracção - e no Sudão,²¹ poderiam proporcionar bases comparativas úteis em áreas que partilham características semelhantes.

Tais diálogos devem contar com a participação dos actores locais e dos decisores políticos - tais como os próprios garimpeiros, os líderes comunitários e os actores governamentais locais - para garantir que os processos de formalização têm uma raiz local e que a institucionalização das práticas é aceite e considerada justa a nível local.

Investir recursos na implantação de serviços estatais e de segurança nas zonas auríferas

A formalização da MAPEO deve fazer-se acompanhar de esforços no sentido de proporcionar serviços de segurança e serviços básicos em troca dos impostos pagos. A intervenção do Estado deve também contribuir com mais recursos financeiros e humanos para os mecanismos locais de controlo, supervisão e aplicação da lei.

Funções de apoio atribuíveis à sociedade civil na garimpagem de ouro

As iniciativas nacionais em prol da formalização, mesmo que bem-sucedidas, são processos morosos e complexos. Embora os esforços do governo para apoiar a formalização da MAPEO possam proporcionar condições mais seguras aos trabalhadores nas áreas auríferas, a abordagem dos riscos de tráfico de seres humanos deve também envolver a sociedade civil.

Sensibilizar para os riscos de tráfico de mão-de-obra na MAPEO

Nos locais de origem dos garimpeiros em potencial, a sociedade civil deve desempenhar um papel na partilha de informações relevantes sobre a situação da MAPEO. Embora estes esforços não devam ter como objectivo desincentivar os garimpeiros, devem apresentar informações sobre as condições de trabalho no âmbito da MAPEO nas principais zonas auríferas de destino e aconselhá-los sobre formas de reduzir a vulnerabilidade (por exemplo, evitar viajar a crédito, evitar certos intermediários, procurar obter contratos escritos dos comités de gestão locais, sempre que possível). Estas informações podem ser partilhadas através de organizações da sociedade civil, estruturas tradicionais da liderança comunitária ou redes sociais.

Incentivar e enquadrar a criação de sindicatos dos garimpeiros

Os sindicatos dos garimpeiros de ouro poderiam contribuir para uma melhor representação dos interesses dos trabalhadores, acompanhar os processos de formalização, aumentar a sensibilização para os riscos

de tráfico de seres humanos e de exploração humana e ser um interlocutor credível e legítimo junto das autoridades locais e nacionais. Existe um *Syndicat National des Travailleurs des Mines de Niger* (Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Minas do Níger) na parte ocidental do Níger, mas o seu papel e as suas capacidades são alegadamente limitados.

Incentivar e enquadrar a criação de cooperativas dos garimpeiros

As cooperativas dos garimpeiros poderiam apoiar a sustentabilidade da extracção de ouro a nível individual e reduzir a vulnerabilidade dos trabalhadores, permitindo a combinação de recursos destinados ao pagamento do equipamento de extracção de ouro, impostos e licenças, e reduzindo a dependência dos garimpeiros em relação às sociedades mineiras. As licenças de exploração mineira devem também ser acessíveis às cooperativas dos garimpeiros. As cooperativas poderiam também ser interlocutores-chave junto das autoridades locais e nacionais nas acções de formalização.

Notas

- 1 Mark Micallef, Raouf Farrah, Alex Bish and Victor Tanner, After the storm: Organized crime across the Sahel–Sahara following upheaval in Libya and Mali, GI-TOC, 21 November 2019, <https://globalinitiative.net/analysis/after-the-storm>.
- 2 Lucia Bird and Lyes Tagziria, Organized crime and instability dynamics: Mapping illicit hubs in West Africa, GI-TOC, September 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/west-africa-illicit-hub-mapping/>.
- 3 Marcena Hunter, Beyond blood: Gold, conflict and criminality in West Africa, GI-TOC, November 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/gold-conflict-criminality-west-africa/>; Marcena Hunter, Pulling at golden webs: Combating criminal consortia in the African artisanal and small-scale gold mining and trade sector, ENACT: Enhancing Africa's Response to Transnational Organised Crime, 24 April 2019, <https://enactafrica.org/research/research-papers/pulling-at-golden-webs-combating-criminal-consortia-in-the-african-artisanal-and-small-scale-gold-mining-and-trade-sector>; International Crisis Group, Getting a grip on central Sahel's gold rush, Report 282, 13 November 2019, www.crisisgroup.org/africa/sahel/burkina-faso-mali-niger/repandre-en-main-la-ruce-vers-lor-au-sahel-central; Intergovernmental Forum on Mining, Minerals, Metals and Sustainable Development, Illicit financial flows and conflict in artisanal and small-scale gold mining: Burkina Faso, Mali, and Niger, 14 September 2022, www.igfmining.org/announcement/illicit-financial-flows-conflict-artisanal-small-scale-gold-burkina-faso-mali-niger/.
- 4 Lucia Bird and Tuesday Reitano, Trafficking in persons in conflict contexts: What is a realistic response from Africa?, ENACT, June 2019, <https://globalinitiative.net/analysis/trafficking-in-persons-in-conflict-contexts/>.
- 5 Protocol to prevent, suppress and punish trafficking in persons especially women and children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime, United Nations, New York, 15 November 2000, Treaty Series, vol. 2237, p. 319; Doc. A/55/383, Article 3, https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=ind&mtdsg_no=XVIII-12-a&chapter=18&clang=_en.
- 6 For further discussion of this matter, see Lucia Bird and Tuesday Reitano, Trafficking in persons in conflict contexts: What is a realistic response from Africa?, ENACT, June 2019, <https://globalinitiative.net/analysis/trafficking-in-persons-in-conflict-contexts/>.
- 7 International Labour Organization, The meanings of forced labour, 10 March 2014, www.ilo.org/global/topics/forced-labour/news/WCMS_237569/lang--en/index.htm.
- 8 Entrevista com antigo garimpeiro em Agadez, Novembro de 2020.
- 9 Entrevista com garimpeiro de ouro em Tchibarakaten, Julho de 2022.
- 10 Entrevistas com garimpeiros de ouro em Djado, Julho de 2022.
- 11 Entrevistas com garimpeiros de ouro em Djado e Tchibarakaten, Julho de 2022.
- 12 Entrevista com garimpeiro de ouro em Djado, Julho de 2022.
- 13 Outros locais de extracção de ouro na região de Agadez, no Níger, estão localizados relativamente perto de grandes povoações, como as de Tabelot, a 120 quilómetros de Agadez.
- 14 Entrevista com garimpeiro de ouro em Djado, Julho de 2022.
- 15 Entrevistas com garimpeiros de ouro em Djado e Tchibarakaten, Níger, e N'Tahaka e N'Abaw (à distância), Mali, Julho e Agosto de 2022.
- 16 Entrevistas com garimpeiros de ouro em Djado e Tchibarakaten, Julho de 2022.
- 17 Entrevista com Rhoumour Ahmet Tchilouta, Julho de 2022; entrevistas com garimpeiros de ouro em Tchibarakaten, Julho de 2022.
- 18 Entrevista com garimpeiro de ouro em Djado, Julho de 2022.
- 19 Entrevista com garimpeiro de ouro em N'Tahaka, Agosto de 2022.
- 20 Ibid.
- 21 Perspectivas partilhadas pelos participantes durante o workshop de validação em Lagos, Nigéria, Dezembro de 2022; see also Laurent Gagnol, Géraud Magrin and Raphaëlle Chevillon-Guibert, Chami, ville nouvelle et ville de l'or. Une trajectoire urbaine insolite en Mauritanie, *L'Espace Politique*, 38:2, 2019, <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.6562>.



Crédito da imagem

Página

Rhoumour Ahmet Tchilouta.....Capa

Esta publicação é co-financiada por



EUROPEAN UNION



cooperation
germany – ecowas

ZUSAMMENARBEIT DEUTSCHLAND – ECOWAS

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia e do Gabinete Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da autora e não reflecte necessariamente as opiniões da União Europeia ou do Ministério Federal das Relações Exteriores da Alemanha.

Sobre a autora

Alice Fereday é Analista Sénior junto da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional (GI-TOC, na sigla inglesa). O seu trabalho de investigação abarca as economias ilícitas e a dinâmica do crime organizado no Sahel, com destaque para a dinâmica do tráfico de seres humanos e da introdução clandestina de migrantes no Níger e no Chade. Formou-se pela City University London, Université Panthéon Sorbonne e Université Paris Dauphine.

Agradecimentos

A autora quer agradecer a todos os que contribuíram para este trabalho de investigação. Em particular, os meus sinceros agradecimentos a todos os que levaram a cabo a recolha de dados e o trabalho de campo no Níger e no Mali, pelo seu excelente trabalho na disponibilização de dados actualizados, matizados e granulares, sem os quais o presente relatório não teria sido possível. Entre estes, contam-se Rhoumour Ahmet Tchilouta, o BSECA e vários outros investigadores de valor que não podem ser aqui mencionados por razões de segurança e confidencialidade. A autora também agradece aos especialistas e investigadores que partilharam os seus conhecimentos com respeito à MAPEO e àqueles que gentilmente aceitaram rever o relatório, incluindo Flore Berger, Laurent Gagnol, Livia Wagner e Marcena Hunter, entre outros. Finalmente, a autora dirige um agradecimento especial a Tasnim Abderrahim pela sua ajuda na investigação preliminar, e a Lucia Bird, Matt Herbert e Mark Micallef, pelo seu apoio e linhas de orientação no projecto.



OCWAR-T

Crime organizado: a resposta da África Ocidental ao tráfico

Coordenado por

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Implementado por

ISS INSTITUTO DE ESTUDOS
DE SEGURANÇA



**GLOBAL
INITIATIVE**
AGAINST TRANSNATIONAL
ORGANIZED CRIME